

O Reconhecimento da Alteridade e o Mito da Indiferenciação: perspectivas sobre o desenvolvimento infantil

The Recognition of Alterity and the Myth of Undifferentiation:
perspectives on the child development

Pedro Salem

Resumo:

O debate acerca do reconhecimento da alteridade por recém-nascidos tem tradicionalmente ocupado os esforços investigativos de diferentes teorias psicológicas. O presente artigo tenciona examinar duas posições prevalentes, discriminando-as no contexto da psicologia do desenvolvimento. De um lado, defende-se a hipótese de que bebês nascem num estado de indiferenciação com o ambiente e incapazes de discriminar entre estímulos internos e externos. Essa capacidade discriminatória estaria condicionada a um processo de construção progressiva e seria dependente de marcos específicos do desenvolvimento. De outro, sustenta-se que bebês nascem equipados com um senso de *self* rudimentar (*self* ecológico) e capazes de reconhecer o próprio corpo em ação como uma entidade organizada e diferenciada do ambiente. Dessa perspectiva, a habilidade para o reconhecimento da alteridade se daria muito precocemente na vida infantil. Após o exame dos principais argumentos que sustentam as posições citadas, pretende-se ainda descrever como promovem dois modos distintos de compreender a imitação neonatal.

Palavras-chave: alteridade; indiferenciação; desenvolvimento

Abstract:

The debate concerning the recognition of alterity by infants has been a major subject for different psychological theories. This article intends to examine two main positions that are discriminated in the context of developmental psychology. The first perspective defends the hypothesis that babies are born in a state of undifferentiation with the environment and are incapable to discriminate between internal and external stimulus. This discriminatory capacity would be the consequence of a gradual process and would depend on specific developmental features. The second one argues that babies are innately equipped with a rudimentary sense of *self* (ecological *self*) that supports the capacity to recognize their own body as a differentiated entity in the environment. According to this perspective, the ability to perceive alterity would emerge very early in the baby's life. After describing the main arguments of both perspectives, the article intends to examine how they relate to two distinct ways of understanding neonatal imitation.

Key-words: alterity, undifferentiation, development

A investigação acerca do momento inicial no desenvolvimento a partir do qual a criança se torna apta a reconhecer a alteridade se apresenta como um tema tradicionalmente relevante para diversas teorias psicológicas. De fato, o debate sobre o período em torno do qual bebês tornam-se capazes de perceber o ambiente como uma entidade organizada e distinta de si mesmos parece contemporânea ao próprio nascimento da disciplina psicológica. Já na virada do século XIX para o século XX, William James buscava respostas para essa pergunta, propondo a hipótese de que as crianças nascem num estado de indiferenciação com relação ao ambiente. Incapazes de reconhecer qualquer organização no entorno ou em sua auto-percepção, nasceriam num estado de confusão e indistinção que designou por “blooming, buzzing confusion” (JAMES, 1890).

Desde então, e no lastro de James, diversos autores trataram de construir hipóteses teóricas e colher dados empíricos sobre o problema, confirmando sua importância tanto epistemológica quanto clínica. Investigações acerca das capacidades de as crianças reconhecerem a alteridade acabaram gerando uma série de ilações sobre temas como a emergência da vida subjetiva da criança, o estabelecimento da diferença entre realidade externa e realidade interna e o surgimento da consciência. Tais questões, por sua vez, produziram influência direta em métodos clínicos dirigidos ao tratamento de patologias mentais (EAGLE, 1984).

O presente artigo tenciona examinar duas respostas dadas pela psicologia do desenvolvimento para o mesmo problema, sinalizando o modo como acabaram ganhando relevância consideravelmente distinta a partir de importantes mudanças operadas no interior dessa disciplina. Pretendemos analisar os argumentos centrais de cada uma das versões acerca da habilidade infantil para o reconhecimento da alteridade para, em seguida, refletir sobre a sua influência na compreensão de um fenômeno cuja importância vem se alargando no domínio da psicologia: a imitação. Tomada tanto em sua vertente cognitiva quanto sociocomunicativa, a imitação infantil vem recebendo notável atenção por parte da psicologia, e sua compreensão sofreu uma considerável transformação nas últimas décadas (ROCHAT, 2004; MELTZOFF e MOORE, 1983; GALLAGHER e MELTZOFF, 1996). Buscaremos, em suma, examinar os argumentos

relativos às hipóteses sobre o problema do reconhecimento da alteridade pela criança para então explicitar seus desdobramentos na compreensão dos fenômenos imitativos.

Valendo-nos de um recurso metodológico para melhor compreender o debate, demarcaremos duas posições prevalentes com relação à percepção da alteridade por bebês: de um lado, encontram-se autores que supõem ser o encontro com a alteridade um processo derivado de marcos do desenvolvimento, ou seja, o resultado de um processo de construção efetuado pela criança a partir do seu amadurecimento psicológico. Em outros termos, a criança nasceria num estado solipsístico, indiferenciada do meio e incapaz de estabelecer qualquer distinção entre estímulos internos ou externos. Seu comportamento precoce refletiria tão somente uma série de respostas reflexas às injunções do ambiente que, desprovidas de qualquer orientação ou intencionalidade, teriam como principal função a garantia da sobrevivência e a adaptabilidade inicial do organismo. De outro lado, estão aqueles que defendem que a percepção da alteridade se dá desde muito cedo no desenvolvimento infantil, sendo ela derivada de um equipamento inato que permitiria à criança distinguir-se do meio, reconhecendo de imediato seu corpo como uma entidade diferenciada do ambiente. Dessa perspectiva, ainda que a percepção da alteridade tenda a se sofisticar com o desenvolvimento – refletindo-se futuramente na elaborada distinção de uma vida mental e na atribuição de capacidades intencionais mais complexas ao outro –, ela existiria desde o nascimento. Seria derivada tanto de competências cognitivas que não decorrem de um processo de formação progressivo, mas que se constituem como habilidades inatas que predisõem a criança para o encontro com a alteridade, quanto de capacidades sociocomunicativas que desde muito cedo inclinam a criança a responder aos anseios comunicativos de outros indivíduos.

Sigamos então os principais argumentos de tais posições, tomando Piaget (1964, 1987) como o principal representante da vertente construtivista e autores da moderna psicologia do desenvolvimento como defensores das hipóteses que antecipam para o início da vida a capacidade infantil de diferenciar-se do meio e estabelecer trocas intencionais com os outros (ROCHAT, 2004; NEISSER, 1988; STERN, 1985; TOMASELLO, 2000).

Piaget e a “indissociação primitiva”

O modelo de desenvolvimento proposto por Piaget a partir das suas observações e estudos levou-o a posicionar-se claramente com relação à questão do reconhecimento da alteridade no início da vida. Para esse autor, tal aptidão se constitui como um fenômeno emergente, posto que a distinção entre externo e interno se forma posteriormente à indiscriminação primeira entre esses dois planos. Inicialmente inexistente porque incapaz de estabelecer uma percepção objetiva do entorno, o eu se constitui paulatinamente como uma entidade separada e distinta dos objetos. A diferenciação entre o eu e o outro e a constituição de um sujeito situado em um mundo estável e concebido como independente da atividade própria é, para Piaget, tributária de um processo de construção e de complexificação das capacidades sensório-motoras da criança, cujo estado inicial não lhe permitiria efetuar uma percepção unificada do mundo ao redor.

Prioritariamente debruçado sobre a questão da aquisição do conhecimento pela criança, e partindo do princípio de que o esclarecimento da sua natureza e das condições para a sua construção levaria a uma melhor compreensão da vida mental do adulto, Piaget cunhou uma elaborada teoria do desenvolvimento infantil. Nesse sentido, sua perspectiva sobre as capacidades perceptivas iniciais da criança e o contato com a alteridade não se encontram isoladas do contexto geral da sua teoria. Antes, compõem um pressuposto central em sua concepção construtivista do conhecimento, segundo a qual a formação da vida mental, a aquisição de conhecimento e, no limite, a própria constituição subjetiva não existem independentemente do trabalho de adaptação ao meio e da ação sobre os objetos.

Piaget baseou sua noção do desenvolvimento cognitivo em três princípios fundamentais. Primeiramente, como já destacado, partiu da idéia de que o desenvolvimento infantil é a conseqüência necessária de um processo de adaptação do organismo humano ao meio ambiente. A inteligência, por exemplo, é então descrita como resultado direto dos processos adaptativos e do esforço de adequação progressivo do pensamento à realidade. Em segundo lugar, Piaget sugeriu que tal adaptação é permanentemente orientada pela busca de equilíbrio; ou seja, pela tarefa de

compensar as perturbações causadas pelo meio ao organismo estabelecendo, assim, um equilíbrio dinâmico e progressivo entre um mecanismo assimilador e uma acomodação complementar. Por fim, Piaget partiu ainda do pressuposto de que a busca do equilíbrio entre as estruturas adquiridas pelo sujeito e o ambiente se inserem num processo mais amplo de criação de formas cada vez mais complexas que se manifestam em estágios específicos do desenvolvimento cognitivo. Note-se que, segundo seu modelo do desenvolvimento, o conhecimento é sempre produzido por estruturas de complexidade crescente que, por sua vez, derivam de estruturas mais simples. Com efeito, Piaget não apenas concebe uma continuidade entre as atividades da vida mental e processos biológicos de adaptação ao meio, como também sugere a existência de uma continuidade entre diversas etapas do desenvolvimento caracterizadas por uma complexificação e sedimentação progressiva de novas aquisições sob a forma de estruturas cognitivas.

Tomando, portanto, a inteligência e a produção do conhecimento sobre o mundo como um instrumento individual de adaptação, Piaget propõe uma noção de sujeito cujas marcas centrais se apóiam nas idéias de construção e de interação com o ambiente. O sujeito assimila os objetos por meio de suas ações físicas e/ou mentais incorporando-os, transformando-os e construindo conhecimentos a seu respeito. Agindo sobre os objetos – sejam físicos ou sociais –, o sujeito constrói formas cada vez mais complexas de adaptação, integrando os novos conhecimentos aos anteriormente estabelecidos. Note-se, contudo, que a centração excessiva do organismo e a indiferenciação eu-mundo no início da vida fazem da própria existência dos objetos para a criança um processo dependente do desenvolvimento, posto que os reflexos fortuitos e difusos que caracterizam o início da vida infantil seriam ainda insuficientes para formar uma percepção mais objetiva desses mesmos objetos. De fato, para Piaget, a noção de objeto está longe de ser inata, e pressupõe um processo construção que é simultâneo à própria constituição e transformação do sujeito.

O sujeito piagetiano é então composto por duas forças fundamentais que lhe permitem, por um lado, conservar suas estruturas anteriores à medida que integra novos dados e, por outro, transformar o próprio conhecimento adquirido com vistas ao incremento da sua capacidade adaptativa. Em outros termos, são precisamente as forças

de conservação e adaptação ao novo que, manifestadas nas atividades de assimilação e acomodação, garantem a permanente transformação e desenvolvimento do sistema cognitivo da criança.

Os processos de assimilação e acomodação constituem, portanto, os mecanismos básicos da evolução intelectual da criança. Regidos pelo princípio da equilíbrio, são responsáveis pela incorporação nos quadros do sistema cognitivo de todo e qualquer novo dado da experiência para, em seguida, acomodá-lo ao ambiente de modo a incrementar o conjunto de suas competências. Em outros termos, com a propensão para incorporar novos objetos e situações encontradas no ambiente às estruturas já estabelecidas no organismo, convive a tendência para modificar as ações de modo a complexificar a capacidade assimiladora que pode continuamente se ajustar à variedade de encontros com o meio. Tais processos, co-dependentes e complementares, promovem, simultaneamente, a objetificação e a interiorização do conhecimento cuja manifestação se traduz na progressiva distinção entre o eu e o mundo.

Não se pode, entretanto, deixar de notar que no processo de construção das capacidades cognitivas e de adaptação progressiva, Piaget atribui ao organismo humano – em suas dimensões física e social – uma participação fundamentalmente ativa. De fato, é por meio da ação sobre os objetos que visa a assimilar através da superação da resistência e do desequilíbrio que lhe é permanentemente imposto pelo contato com o mundo, que o sujeito piagetiano constrói sua inteligência e amplia suas habilidades cognitivas. Porém, não obstante a tendência à equilíbrio que rege a dinâmica entre a assimilação e a acomodação no desenvolvimento infantil, sua consecução não constitui ainda uma realidade que reflita os primeiros momentos da vida de um bebê. Antes, Piaget descreve como um estado de “caos” o início indiferenciado da vida infantil que, segundo ele, decorre em parte do desequilíbrio que caracteriza a relação primeira estabelecida entre esses dois processos. Como indica Souza (2002) ao comentar a obra de Piaget, “a atividade intelectual começa com a confusão entre a experiência e a consciência de si e isto porque a assimilação e a acomodação apresentam-se indiferenciadas. Isto significa que o conhecimento de si se inicia com um contato puramente prático e utilitário que a criança tem com as coisas” (Souza, 2002: 69). O descentramento do eu se torna, portanto, progressivamente possível pela atividade

perceptiva e motora junto aos objetos que, ao promover um maior equilíbrio entre o excesso de assimilação e a menor acomodação que caracterizam o início da vida, induzem a inteligência ao seu patamar prático permitindo, assim, a crescente organização do mundo exterior.

É, portanto, inserida na teoria geral do desenvolvimento cognitivo elaborada por Piaget que a questão do reconhecimento da alteridade no início da vida ganha maior coerência. Um dos argumentos que o levam a inferir a incapacidade de o bebê perceber o mundo exterior como independente da sua atividade inicial é tributário da sua compreensão sobre o funcionamento do sistema perceptivo do recém-nascido. Para Piaget, as diversas modalidades sensoriais funcionariam inicialmente como sistemas independentes; isto é, os estímulos perceptivos da visão, tato e audição, por exemplo, encontrar-se-iam, no início da vida, apenas justapostos, e sem qualquer conexão coordenada. Um bebê que percebesse em seu campo visual o movimento de um membro do próprio corpo – como sua mão passando em frente à sua face – não teria condições de reconhecê-lo como parte da sua organização corporal. A mão, diria Piaget, seria percebida como qualquer outro objeto no ambiente na medida em que a criança faria parte de uma totalidade cujos domínios psicológicos e corporais não estariam ainda definidos. A criança estaria, portanto, submergida num estado de indiferenciação fenomênica com o meio que a impediria de estabelecer qualquer distinção entre o eu e o mundo exterior. Seria apenas por meio do contato mais elaborado com os objetos e pelo desenvolvimento de sua capacidade de apreensão e manipulação – em torno de quatro meses – que a assimilação recíproca de elementos percebidos por diferentes modalidades sensoriais passaria a compor um sistema perceptivo mais unificado. Como afirmado, o desenvolvimento da inteligência sensório-motora, guiada pelos dois processos básicos que regem a adaptação da criança ao mundo – assimilação e acomodação – constituiria, dessa perspectiva, a condição primária para a futura construção de um universo objetivamente percebido, “no qual o corpo próprio aparece como um elemento entre os outros, e ao qual se opõe a vida interior, localizada dentro desse corpo próprio” (PIAGET, 1964: 20).

Em outros termos, o contato prático com os objetos permitiria à criança relacionar aquilo que vê com o que ouve e sente, compondo progressivamente um mundo organizado e distinto de si. Antes disso, afirma Piaget,

não existe nenhuma diferenciação entre o eu e o mundo exterior, isso significa que as impressões vividas e percebidas não são ligadas a nenhuma consciência pessoal sentida como um 'eu', nem a objetos concebidos como exteriores: elas são simplesmente dadas em um bloco indissociado, ou como dispostas num mesmo plano, que não é interno, nem externo, mas a meio caminho entre esses dois pólos (*idem*).

É precisamente a suposição de que o mundo perceptivo inicial da criança é composto de experiências justapostas e sem qualquer grau de coordenação que sustenta, no modelo piagetiano, a pressuposição de um estado inicial de indiferenciação com relação ao ambiente. Como poderia a criança perceber o próprio corpo como uma entidade diferenciada do meio e dotada de alguma organização se as diferentes informações perceptivas são compreendidas como fatores desprovidos de qualquer conexão? De fato, nesse caso bebês não teriam de onde depreender subsídios sobre si mesmos ou sobre um senso – ainda que rudimentar – do próprio *self*. Em suma, foi fundamentalmente o postulado de que na base do desenvolvimento infantil encontram-se modalidades perceptivas que funcionam de modo independente e desordenado que levou Piaget a interpretar o estado inicial da criança como sendo de indiferenciação e fusão com o ambiente. Incapaz de relacionar as informações derivadas de modos perceptivos distintos, a criança estaria, conseqüentemente, despreparada para reconhecer um âmbito alteritário da experiência até alguns meses após o nascimento.

A psicologia do desenvolvimento e a percepção intermodal

Se bem que importantes aspectos do modelo de desenvolvimento proposto por Piaget sejam ainda hoje tomados como a base da psicologia infantil, sua obra tem passado por importantes revisões nas últimas décadas (ROCHAT, 2004). Uma delas diz precisamente respeito à questão tratada neste artigo, qual seja, a hipótese acerca da indiferenciação primitiva entre bebê e ambiente. Desde o final dos anos sessenta, uma

série de autores da psicologia do desenvolvimento vem desenvolvendo pesquisas experimentais com bebês cujos dados têm permitido questionar algumas das interpretações propostas por Piaget em torno desse debate.

A revisão de algumas posições piagetianas sobre o desenvolvimento cognitivo por autores mais recentes reflete mudanças operadas na própria forma de observação e coleta de dados sobre as primeiras manifestações comportamentais de bebês. Ainda que Piaget tenha sido pioneiro na observação sistemática direta de crianças, tendo acompanhado minuciosamente, há aproximadamente setenta anos, o desenvolvimento dos seus três filhos, os recursos tecnológicos e os próprios modelos experimentais desenvolvidos desde então sofreram grandes transformações. Em anos recentes, o vasto repertório comportamental precoce da criança passou ser observado com maior acuidade, auxiliado pelas novas tecnologias de registro de respostas fisiológicas e por novos paradigmas experimentais¹. Métodos mais elaborados e cuidadosos foram criados visando a um crescente controle das circunstâncias de observação e levando assim à produção de dados mais confiáveis sobre o mundo infantil. Tais mudanças, por sua vez, permitiram a replicação e a testagem de diferentes teorias sobre o desenvolvimento da criança. Independentemente da discussão acerca do estatuto epistemológico das pesquisas científicas em geral, e da observação sistemáticas de bebês em particular, o fato é que o progresso das técnicas disponíveis de registro de comportamentos teve enorme impacto no campo². Além de ter gerado um considerável aumento das pesquisas, abriu novas oportunidades de análise e interpretação da vida infantil.

Quanto ao debate aqui proposto, pesquisas recentes passaram então a interrogar a visão privilegiada por Piaget acerca da indiferenciação primitiva e passou-se a defender que, ao invés um mosaico de impressões sensoriais desconectadas e dispersas, o mundo perceptivo dos bebês seria caracterizado por uma sólida – ainda que incipiente – capacidade de perceber um mundo unificado e dotado de certa organização.

Influenciados sobretudo pela teoria ecológica da percepção elaborada por James Gibson nos anos setenta, autores como Neisser (1988), Rochat (2002, 2004) e Tomasello (2000), entre outros, passaram a dar maior ênfase à relação entre a percepção e a ação como a fonte de um primeiro senso de *self* nos bebês³. Diferentemente de Piaget, que pareceu condicionar a experiência da “consciência pessoal sentida como um

‘eu’” à emergência das capacidades simbólicas da criança, tais autores passaram a defender a existência de outras modalidades de “eu” que, ainda que distintas de uma vivência conceitual ou reflexiva, seriam claramente identificáveis nas primeiras manifestações comportamentais da criança. Os autores acima citados, baseando-se em estudos experimentais que rompem com a noção tradicional a respeito das capacidades interativas dos bebês, centram seus argumentos prioritariamente em dois aspectos. Advogam, em primeiro lugar, em favor da existência nas crianças de um equipamento inato para diferenciar-se do mundo e, em segundo, da capacidade que desde cedo demonstram para comportar-se diferencialmente com relação a pessoas ou objetos⁴.

Neisser (1988) soma importantes argumentos à defesa do primeiro aspecto. Esse autor apóia a capacidade de diferenciação precoce entre o bebê e o mundo externo na hipótese de que, antes mesmo da formação de um senso explícito e reflexivo do eu, uma série de gradações relacionadas à auto-percepção do recém-nascido podem ser apreendidas da interação que estabelece com o meio. Pressupondo que desde o nascimento o bebê manifesta um conhecimento implícito do próprio corpo como uma entidade diferenciada dos outros objetos do ambiente, esse autor denomina tal experiência de *self ecológico*. Esse senso implícito de *self* é basicamente constituído pela discriminação de informações perceptivas derivadas da ação corporal. A agência ocupa aqui peça central, já que é fundamentalmente por meio das alterações produzidas no ambiente e no próprio corpo pela ação corporal que o bebê desenvolve seu primeiro senso de *self*.

Vale notar que embora aparentemente sinônimo de um *self* corporal, o *self* ecológico nem sempre coincide com o corpo biológico. Tomando essa experiência incipiente de autoconsciência como contínua no tempo e não apenas tributária da vida infantil, Neisser afirma que para além do corpo físico, tudo aquilo que “se move com o corpo tende a ser percebido como parte do *self* – especialmente se os seus movimentos são auto-produzidos” (1988: 39). Isso significa que mais do que pelo sentimento de posse de um objeto, o *self* ecológico é definido por tudo aquilo que é capaz de formar uma unidade ecológica no tempo e no espaço com o corpo físico. A experiência de propriedade das roupas, por exemplo, não interfere diretamente no senso do *self* corporal. Mesmo calçado, considero que sou *eu* quem chuta uma bola ainda que esteja

consciente de que entre a bola e o meu corpo existe um objeto material que explicitamente reconheço como não-eu. Do mesmo modo, se alguém toca no meu braço vestido, considero que *me* tocou, mesmo se diferentes camadas de roupa se interpõem entre sua mão e minha pele. Tais roupas fazem aqui parte do meu senso de *self* ecológico, ainda que quando guardadas no armário – mesmo sendo *minhas* – não as considere parte do meu eu corporal. Em outros termos, “o que importa não é a posse ou o contato, mas a agência e o movimento coordenado. (...) Na medida em que o movimento [de um objeto] é responsivo à intenção de alguém e é coordenado com movimentos do ponto de observação, ele pertence ao *self* ecológico” (*idem*). Neisser afirma que a união ecológica entre o corpo e o objeto externo não apenas altera a percepção do objeto, mas incide principalmente na auto-percepção e no senso implícito de *self* do indivíduo.

Rochat (2002, 2004) sugere que aos dois meses as crianças já passam a demonstrar uma atenção especial dirigida às conseqüências de suas ações no ambiente. Assumem uma atitude exploratória com relação às alterações que produzem no entorno por meio de uma “postura contemplativa” (*contemplative stance*) que, por sua vez, intensifica a experiência do *self* ecológico. Recém-nascidos passam a explorar sistematicamente a relação entre suas ações e seus efeitos no ambiente ou em si mesmos buscando, por exemplo, verificar a coerência entre um estímulo auditivo e seu esforço proprioceptivo. Assim, uma criança que involuntariamente chuta pela primeira vez um móvel ao seu alcance, ou que repete gestos simples como atravessar seu campo visual com a mão, e que passa progressivamente a repeti-las de modo mais sistemático, estaria explorando seus recursos no ambiente e gerando informações sensoriais necessárias para especificar seu próprio *self*. Segundo Rochat e Striano (2000),

ações auto-produzidas e a auto-exploração vêm com a experiência de percepção contingente e análoga através de diferentes modalidades. Isso é um importante aspecto do que as crianças podem ganhar inspecionando o próprio corpo em ação quando, por exemplo, inspecionam suas mãos movendo diante da própria face. Essa experiência especifica o corpo como diferenciado de outros objetos no ambiente. Quando minha mão cruza meu campo visual, por exemplo, percebo que é minha mão e não a de outra pessoa porque a vejo ao mesmo tempo em

que a sinto proprioceptivamente (...). A experiência do corpo liga a propriocepção com inputs contingentes e análogos originados de outras modalidades do sentido. (p. 516)

Assim, no caso da mão, é a coincidência temporal entre a experiência proprioceptiva do movimento e a percepção visual que constitui a informação privilegiada pela qual o bebê pode perceber o seu corpo como diferenciado dos outros objetos no ambiente⁵.

Modos de percepção *intermodal* – isto é, que relacionam informações de diferentes modalidades da percepção – ocupam, portanto, um papel central na habilidade infantil para diferenciar-se do meio. É pela associação entre estímulos perceptivos diferentes – por exemplo, pela relação entre o movimento corporal realizado (propriocepção) e um conseqüente som ou efeito visual produzido – que o bebê passa a experimentar seu senso gradual de interação ecológica com o ambiente⁶. As diversas formas pelas quais o recém-nascido pode inspecionar o seu corpo em ação – seja alterando o ambiente, seja a si mesmo por meio de sensações proprioceptivas – permitem que se experimente desde muito cedo como um organismo distinto dos outros objetos. Aqui “a propriocepção, em conjunção com outros sistemas perceptuais, é a modalidade do *self* por excelência” (ROCHAT e STRIANO, 2000: 517).

Nesse processo implícito de aprendizagem de que o *self* pode ser causa de mudanças no ambiente, a repetição se torna um instrumento privilegiado para a exploração do meio e constitui um importante determinante para o conhecimento precoce que bebês desenvolvem sobre si mesmos como agentes intencionais. Através dos primeiros padrões de ação recorrente podem ajustar seu próprio corpo ao meio, desenvolvendo um “esquema corporal intermodal”. Repetindo suas ações, gerando padrões habituais, as crianças adquirem a

experiência de autocontrole, bem como a análise perceptiva da causação auto-produzida. A exploração de ações auto-produzidas e suas conseqüências perceptivas se vinculam à repetição, isto é, ao esforço para repetir uma ação, ou padrões de ação, que originaram um evento particular (por exemplo, sugar de um certo modo para ouvir um determinado som). (ROCHAT, 2004: 72)

Desse modo elas não apenas exploram discriminadamente o ambiente como também se tornam aptas a contemplar as conseqüências perceptivas de suas ações, dando início ao processo que “marca o primeiro passo em direção à objetificação do *self* para além da percepção direta e da ação do corpo” (idem).

O segundo argumento que concorre para a mudança recente na compreensão das habilidades interativas de bebês diz mais especificamente respeito às respostas comportamentais geradas quando em contato com o mundo social. Segundo Rochat e Striano (2000), “a partir de pelo menos dois meses de vida as crianças demonstram sinais de tornar-se um participante social ativo, começando uma atividade recíproca com outros e comportando-se como agentes comunicativos. Desenvolvem um senso da própria eficácia e poder em transformar seu ambiente afetivo e social” (2000: 519). Nesse contexto, paralelamente ao senso de *self* oriundo de uma experiência perceptiva imediata do corpo em ação, Neisser (1988) destaca uma outra modalidade implícita de auto-percepção: o *self interpessoal*. Se é do mundo *físico* que a criança depreende as informações para seu senso de *self* ecológico, é fundamentalmente no ambiente *social* que encontra os elementos que ajudarão a compor seu *self* interpessoal. Nesse caso, é fundamentalmente por meio das primeiras experiências com outros significativos que o bebê obtém informações nas quais baseia essa modalidade de sua experiência precoce de *self*. No contexto das trocas imediatas e pré-reflexivas verificadas no *face-a-face* próprio aos primeiros meses de vida, o recém nascido não apenas reage aos anseios comunicativos do outro, como também se serve dos efeitos de seus comportamentos intencionais como dados relativos ao próprio *self*⁷.

Resumindo, é fundamentalmente a essa experiência precoce de discriminação corporal, de reconhecimento dos objetos externos como entidades independentes do eu, e de geração de padrões de comportamento diferentes quando interagindo com pessoas ou objetos que tais pesquisadores do desenvolvimento fazem referência ao criticar a hipótese piagetiana de um estado monádico inicial presente entre o bebê e o ambiente. Segundo Neisser, “a velha hipótese de que um recém-nascido não sabe diferenciar entre ele mesmo e o ambiente, ou entre ele e sua mãe, pode ser decisivamente rejeitada. O *self* ecológico está presente desde o início” (1988: 40)⁸. De modo geral, apesar de divergências que distanciam os autores citados – aqui deixados de lado por motivos

metodológicos –, todos concordam em relacionar a experiência do *self* ecológico à capacidade que recém-nascidos apresentam para perceber um mundo comum aos seus diversos sistemas da percepção já no início da vida. Seus diferentes sentidos, ao invés de gerar informações dispersas, compõem um sistema perceptivo intermodal organizado que, funcionando de modo integrado, especifica para a criança não apenas um mundo único através de modalidades perceptuais distintas mas também um senso de *self* cuja experiência fenomenológica consiste na percepção do próprio corpo como diferenciado do meio.

Imitação neonatal e o mito da indiferenciação

Desde os primeiros estudos sistemáticos sobre o desenvolvimento infantil, a imitação vem se impondo como um tema de extrema relevância e objeto de freqüente investigação. Além de ser compreendida como um dos fatores ligados à emergência da função simbólica na vida infantil – como sugeriu Piaget –, a imitação também tem sido descrita como um dos processos básicos para o surgimento da autoconsciência e, no limite, da própria vida subjetiva dos bebês. Ademais, além de funções mais propriamente cognitivas, concebe-se hoje a imitação como tendo funções sociocomunicativas igualmente importantes, facilitando as primeiras trocas intersubjetivas e intensificando situações de partilha afetiva com outros sujeitos (STERN, 1985; ROCHAT, 2004; TOMASELLO 2000; FONAGY et al., 2005).

Cabe, entretanto, sinalizar que apesar da consensual relevância atribuída à imitação por pesquisadores do desenvolvimento, importantes divergências cercam o debate sobre esse fenômeno. Deixando-as provisoriamente de lado, importa salientar que dentre os aspectos que congregam um considerável acordo está o momento no desenvolvimento infantil a partir do qual se observam os primeiros sinais da imitação. Enquanto Piaget advogava que a chamada imitação invisível – aquela na qual o bebê reproduz os movimentos de um adulto usando partes do próprio corpo às quais não possui acesso visual – não ocorreria antes do período que vai de oito a doze meses de vida, pesquisas experimentais recentes tendem a contradizer suas observações. De fato, estudos da psicologia do desenvolvimento demonstram hoje que a habilidade de bebês para imitar gestos faciais simples de um adulto – como protrusão de língua, abertura da

boca ou rotação da cabeça – são observados desde algumas horas após o nascimento (MELTZOFF e MOORE, 1983). Desse modo, ainda que a literatura atual reflita discordâncias quanto ao grau de intencionalidade dos primeiros comportamentos imitativos dos bebês, pode-se afirmar a existência de um considerável consenso com relação à propensão para tal fenômeno já nos primeiros momentos de vida do recém-nascido⁹.

O que se argumenta, em termos resumidos, é o fato de que as interpretações de Piaget a respeito das capacidades perceptivas do bebê o teriam levado a postergar a aparição dos fenômenos imitativos para um momento ulterior à integração sensorio-motora das crianças. A imitação neonatal seria incompatível com a suposta desorganização perceptiva dos bebês, já que estes não teriam como imitar os gestos do adulto sem apresentar, antes disso, a representação de sua totalização corpórea e a integração das diferentes modalidades perceptivas. Segundo Piaget,

os mecanismos intelectuais da [criança com menos de oito meses] não lhe permitiriam imitar movimentos que vê sendo realizados pelos outros quando os movimentos correspondentes do seu próprio corpo lhe são apenas conhecidos tátil ou cinestésicamente, e não visualmente (como, por exemplo, quando coloca sua língua para fora). Então, como a criança não pode ver sua própria face, não haveria imitação de movimentos da face nesse período ... Para a imitação desses movimentos ocorrer é necessário haver coordenação de esquemas visuais com esquemas táteis e cinestésicos (*apud* GALLAGHER & MELTZOFF, 1996: 222).

Nota-se como, dessa perspectiva, o estado não integrado e indiferenciado dos bebês suposto por Piaget torna-se um fator incompatível com as capacidades imitativas hoje observadas em estudos experimentais¹⁰. A imitação de gestos faciais de um adulto já na primeira hora de vida não seria possível a menos que um equipamento inato lhes permitisse traduzir uma imagem visual em linguagem motora. Ocorre que é fundamentalmente essa a função desempenhada pela percepção intermodal, permitindo a associação entre a percepção visual que a criança tem do outro e a experiência proprioceptiva envolvida na reprodução de um gesto.

Desse modo, o que se depreende dos estudos recentes sobre a imitação neonatal é precisamente a crítica à tradicional idéia do mosaico perceptivo proposto por Piaget. Sustentando que bebês nascem com um sistema perceptivo integrado, tais pesquisas acabaram somando argumentos para questionar a idéia da indiferenciação fenomênica entre o bebê e o outro numa fase pré-reflexiva. A propensão para a imitação de atos, gestos e condutas simples do outro sugere a capacidade, ainda que bastante rudimentar, de os bebês reconhecerem o próprio corpo como uma entidade diferenciada do ambiente. Segundo Gallagher & Meltzoff, “a habilidade do recém-nascido para imitar o outro e corrigir seus movimentos, que implica um reconhecimento da diferença entre seu próprio gesto e o gesto do outro, indica uma diferenciação rudimentar entre *self* e não-*self*” (1996: 229). Tais autores argumentam ainda que além de os estudos sobre a imitação indicarem a existência de uma noção de *self* “primordial” ou “embrionária” nos bebês, simultânea a um sistema perceptivo intermodal inato, eles sugerem principalmente “que a *indiferenciação* original nunca é completa” (*idem*). E na medida em que bebês agem no ambiente demonstrando uma percepção pré-reflexiva e não conceitual do próprio corpo, supõe-se conseqüentemente a capacidade de reconhecer a alteridade estabelecendo a distinção entre algum nível de auto-percepção e os estímulos ambientais.

Como afirmado, para que exista um senso mínimo de *self* já no início da vida – um *self* corporal ou o *self* ecológico conforme descrito por Neisser (1988) –, deve-se supor que informações proprioceptivas estejam coordenadas com aquelas derivadas de outras modalidades perceptivas. Este é justamente, como aqui explicitado, um dos argumentos centrais veiculados pelos críticos da suposta indiferenciação primitiva entre o bebê e o ambiente. Capaz de imitar o outro, reproduzindo gestos e corrigindo os próprios movimentos num período anterior à capacidade de elaborar conceitual e explicitamente a experiência de auto-percepção, recém-nascidos expressam a habilidade necessária para diferenciar-se do ambiente e reconhecer um certo domínio da alteridade. Tomando a percepção intermodal como um fato do início do desenvolvimento e não, como sugeria Piaget, como uma capacidade derivada da complexificação do sistema sensorio-motor durante os primeiros meses, o sistema perceptivo precoce de bebês deixa de ser visto como um mosaico de informações desordenadas e começa a ser associado à

aptidão inata para diferenciar-se do meio e perceber a alteridade. E mais do que um simples mecanismo fisiológico destinado a manter a regulação necessária à própria sobrevivência, o comportamento de bebês passa, conseqüentemente, a ser compreendido como o reflexo de uma nova e fundamental propensão: a busca de oportunidades de ação pelas quais possa adquirir e sofisticar gradativamente o conhecimento que acumula sobre si mesmo e sobre o mundo ao redor.

Considerações finais

Ainda que as profundas mudanças verificadas nos modelos experimentais e nas técnicas de pesquisa tenham, como notado, contribuído de modo decisivo para o redirecionamento de alguns pressupostos defendidos pela psicologia do desenvolvimento, importa sobretudo salientar o impacto que tais mudanças produziram na própria compreensão da vida infantil. Fundamentalmente, a admissão da existência de capacidades perceptivas precoces que permitem ao bebê reconhecer o seu corpo como diferenciado do ambiente e imitar seus congêneres logo ao nascer alteraram consideravelmente a compreensão dos modos de perceber, agir e sentir dos bebês.

A teoria piagetiana concorre para uma compreensão particular da vida infantil, descrevendo o recém-nascido como um organismo cujas manifestações reflexas respondem pela totalidade do seu comportamento. Inicialmente imerso num estado de indiferenciação, ele apenas reage aos estímulos ambientais sem qualquer condição de “sair de si” ou de tomar-se como um organismo situado e distinto do mundo. A inteligência, organizando progressivamente o mundo e a si mesma pelo contato com os objetos, seria o instrumento central para construção de um mundo exterior organizado e independente da atividade do próprio sujeito. A coordenação da assimilação e da acomodação sensório-motoras levaria o indivíduo a sair de si mesmo, solidificando e objetivando seu universo ao ponto de integrá-lo continuamente e poder englobar-se nele. Com tal compreensão, Piaget contribuiu para formação de uma imagem do bebê como uma espécie de pesquisador e teorizador sobre o mundo, um ser cujas capacidades cognitivas refletiriam modos de assimilar e organizar a informação recebida do meio.

Porém, como argumenta Trevarthen, “quando abandonamos pressuposições redutivas de que recém-nascidos devem ser um sistema sensório-motor reativo sem coerência ou intenção, uma criança diferente aparece” (2002: 166). De fato, as mudanças geradas pelos novos modelos experimentais e pelos estudos recentes modificaram a imagem corrente das capacidades iniciais dos bebês, que passaram a ser vistos como exploradores natos do próprio *self*, dos objetos e das pessoas no ambiente. Tais âmbitos comportariam, desde o nascimento, classes de experiências distintas para as crianças, implicando formas de agir e perceber o mundo fundamentalmente contrastantes, cujo reconhecimento seria viável pelo equipamento sociocognitivo que as acompanha ao nascer.

A imagem da vida infantil que se depreende das formulações mais recentes veiculadas pela psicologia do desenvolvimento é a de um bebê mais ativo e dotado de habilidades sociocognitivas particulares que o tornam seletivamente consciente do outro e predisposto para o encontro social. Tais habilidades refletiriam uma preparação específica para a expressão e para a comunicação emocional no início da vida. Admite-se hoje, sobretudo a partir dos estudos sobre a imitação neonatal, que bebês nascem com capacidades perceptuais, de aprendizado e mesmo representacionais notavelmente ricas e com uma preparação específica para o reconhecimento da estrutura do mundo físico e social à sua volta (FONAGY et al., 2005). Se bem que Piaget salientasse o estatuto fundamental da ação na construção da inteligência dos bebês, ele é ainda maior, e de qualidade distinta, para as novas teorias do desenvolvimento. A ação, mais precocemente organizada e orientada, não reflete a expressão pura de cadeias associativas de estímulo-resposta, mas um mecanismo que, associado à percepção, contribui desde cedo para a diferenciação eu-outro e manifesta uma busca ativa para o envolvimento afetivo com seus parceiros de interação. Nesse sentido, os psicólogos atuais são endossam a idéia piagetiana de que a percepção dos objetos e o conhecimento físico se originam da coordenação progressiva das modalidades de sentido. Segundo Rochat, “a pesquisa atual sobre a percepção precoce e as origens do conhecimento físico apontam para o fato de Piaget ter subestimado as capacidades tanto perceptiva quanto de ação de recém-nascidos” (2004: 94). Em suma, a visão piagetiana tem o mérito de enfatizar o papel central ocupado pelas crianças como atores e construtores do próprio

desenvolvimento. Entretanto, ao contrário da sua perspectiva eminentemente construtivista de que o conhecimento do mundo e do próprio eu são construídos pelo desenvolvimento de ações coordenadas, hoje se concebe que a ação e a coordenação intermodal implicadas na percepção do mundo são habilidades observadas desde muito cedo na vida infantil.

Ocorre que, como qualquer outro campo de estudo, a psicologia infantil também é guiada por pressupostos fundamentais e por escolhas ideológicas que informam as diferentes etapas da pesquisa experimental. Nesse sentido, entendemos que o tratamento dado à questão da origem da diferenciação entre sujeito e objeto ou entre o eu e o mundo deve deter-se menos na busca da suposta realidade ou da verdade do que se passa nos primeiros momentos da vida de um bebê, e mais nas implicações e conseqüências pragmáticas da escolha de tal ou qual pressuposto. Isso não significa desconsiderar a importância e a validade dos modelos experimentais ou o próprio estatuto da pesquisa empírica. Significa, tão somente, evitar querelas que fazem da oposição entre o apuro da neutralidade científica e o reconhecimento da participação do pesquisador na escolha das prioridades, bem como na coleta e interpretação de dados mais objetivos, um entrave para o debate. Segundo o próprio Piaget, “a Psicologia só pode começar pela descrição de um fato primeiro, sem poder explicá-lo ela própria” (1987: 54).

Isso nos leva a buscar o modo como a idéia da suposta indiferenciação entre sujeito e objeto no início da vida insere-se na perspectiva teórica de Piaget. Supomos que é exatamente sua concepção construtivista do desenvolvimento que o faz adotar a indiferenciação inicial entre o bebê e o mundo como um pressuposto teórico necessário. Tomando o sujeito e o objeto como co-construções derivadas da interação com o meio e a própria inteligência como o mecanismo primordial para a adaptação da criança, Piaget é levado a pressupor a inexistência de qualquer organização no início da vida. A adaptação e a organização, enquanto funções básicas que orientam a constituição da vida mental do bebê, estariam ausentes nos momentos inaugurais da vida infantil. Em contraste, os autores recentes, informados por novas pesquisas e desobrigados dos pressupostos construtivistas, passaram a ver nos primeiros comportamentos do bebê menos um amálgama de manifestações acidentais, e mais um conjunto de ações

coerentes, indicativas de uma organização intencional prática mais precoce do que supunha Piaget.

O curso do século XX marcou definitivamente não apenas o surgimento, mas a própria consolidação do campo da psicologia do desenvolvimento. Tal disciplina ganhou autonomia indiscutível e considerável espaço na interface com outros saberes, como nos debates atuais que cercam a filosofia, a sociologia e mesmo outros domínios da psicologia. Questões sobre a natureza e o funcionamento da consciência ou sobre o surgimento e o desenvolvimento da consciência do eu, permanentemente investigadas e perseguidas pela filosofia e pela psicologia, encontram hoje nas elaborações e estudos sobre o desenvolvimento um ponto de apoio central. Além disso, ainda que as relações entre a pesquisa experimental e o âmbito clínico da psicologia não sejam facilmente despidas de controvérsias epistemológicas, é fato que uma aproximação cuidadosa de ambas as disciplinas permite por vezes verificar uma fonte de inspiração mútua na formulação de teorias e modelos de pesquisa. Supor um bebê cuja sociabilidade data dos primeiros momentos de vida, por exemplo, possui implicações práticas importantes para aqueles que lidam com a clínica infantil, ou que se debruçam sobre as vicissitudes da relação entre o bebê e seus cuidadores¹¹. Entretanto, mais do que um exame detalhado das possíveis conseqüências oriundas das mudanças de perspectiva verificadas na psicologia experimental, tencionamos aqui expor os principais argumentos que cercam o debate e que fizeram da posição que admite o reconhecimento precoce da alteridade pelos bebês a posição prevalente no campo do desenvolvimento.

Pedro Salem

Doutor em Saúde Coletiva IMS/UERJ

E-mail: pedrosalem@terra.com.br

Referências Bibliográficas:

EAGLE, Morris. *Recent Developments in Psychoanalysis*. New York: Harvard University Press, 1984.

FONAGY, Peter et al. *Affect regulation, mentalization and the development of the self*. London: Karnac, 2005.

GALLAGHER, Shaun. Body image and body schema: a conceptual clarification. *The Journal of Mind and Behavior*, v. 7, n. 4, p. 541-554, 1986a.

_____. Lived body and environment. *Research in Phenomenology*, v.16, p.139-166, 1986b.

- GALLAGHER, Shaun; MELTZOFF, Andrew. The Earliest Sense of *Self* and Others: Merleau-Ponty and Recent Developmental Studies. *Philosophical Psychology*, 9, pp. 213-236, 1996.
- JAMES, William. *Principles of Psychology*. New York: Henry Holt, 1890.
- MELTZOFF, Andrew; MOORE, Keith. Newborn infants imitate adult facial gestures. *Child Development*, v. 54, n.3, p.702-709, 1983.
- NEISSER, Ulrich. Five kinds of *self*-knowledge. *Philosophical Psychology*, v. 1, p. 35-59, 1988.
- PIAGET, J. *Six Etudes de Psychologie*. Genève : Editions Gonthier, 1964.
- _____. *O Nascimento da Inteligência na Criança*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1987.
- ROCHAT, Philippe. Ego function in early imitation. In: MELTZOFF, A.; PRINZ, W. (Org.) *The imitative mind: development, evolution and brain bases*. New York: Cambridge University Press, 2002. p. 85-97.
- _____. Naissance de la co-conscience. *Revue Intellectica*, v. 34, n. 1, p.99-123, 2002.
- _____. *The infant's world*. Cambridge: Harvard University Press, 2004.
- ROCHAT, Philippe; STRIANO, Tricia. Perceived *self* in infancy. *Infant Behaviour & Development*, n. 23, p.513-530, 2000.
- SOUZA, Maria Thereza, C. As noções de sujeito e objeto na teoria de Jean Piaget. In: SIMÃO, Lívia, M.; SOUZA, Maria Thereza, C.; COELHO JUNIOR, Nelson. *Noção de Objeto, Conceção de Sujeito: Freud, Piaget e Boesch*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- SPITZ, René A. [1965] *De la naissance à la parole: la première année de la vie*. Paris: Puf, 2002.
- SROUFE, L. Alan. The development of fear: further illustration of the organizational viewpoint. In: _____. *Emotional Development: the organization of emotional life in the early years*. New York: Cambridge University Press, 1996, p. 101-116.
- STERN, Daniel. [1985] *Le monde interpersonnel du bébé*. Paris: PUF, 2003.
- TOMASELLO, Michael. *The cultural origins of human cognition*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.
- TREVARTHEN, Colwyn. The foundations of intersubjectivity: development of interpersonal and cooperative understanding in infants. In: OLSON, D.R. (Ed.). *The social foundations of language and thought: essays in honor of Jerome Bruner*. New York: Norton, 1980.
- _____. Making sense of infants making sense. *Intellectica*, n. 34, p. 161-188, 2002.
- TREVARTHEN, Colwyn; HUBLEY, Penelope. Secondary intersubjectivity: confidence, confiders and acts of meaning in the first year. In: LOCK, Andrew. *Action, gesture and symbol*. New York: Academic Press, 1978.

¹ Pode-se, por exemplo, citar o surgimento da tecnologia de registro em vídeo como tendo contribuído decisivamente para a modificação dos modelos experimentais. Inexistente na época em que Piaget realizou suas observações de bebês, tal tecnologia permitiu o armazenamento em tempo real do comportamento infantil, que pôde então ser repassado indefinidamente e escrutinado quadro a quadro.

² Não se pretende aqui enveredar pela frequente discussão sobre o estatuto das pesquisas científicas empreendidas na área do desenvolvimento infantil. A relação entre tais pesquisas e os inevitáveis pressupostos fundamentais e escolhas ideológicas que informam qualquer campo científico serão deixadas de lado sob o risco de comprometer os objetivos do debate inicialmente proposto.

³ A teoria ecológica da percepção desenvolvida por James Gibson tem influenciando uma vasta corrente de disciplinas psicológicas e filosóficas nas últimas décadas. Em termos resumidos, defende a idéia de que a percepção dos recursos do ambiente por parte do indivíduo é correlata e contemporânea no desenvolvimento à emergência da auto-percepção. Percebendo os objetos à sua volta e explorando-os por meio do movimento corporal, os indivíduos depreendem informações que especificam tanto a propriedade dos objetos quanto a si mesmos. Em outros termos, Gibson rompe com a distinção tradicional segundo a qual a propriopercepção estruturaria a experiência do corpo próprio, enquanto a exterocepção estruturaria a percepção dos objetos exteriores. No que concerne o desenvolvimento infantil, assim como organismo e ambiente formam um conjunto ecológico indissociável, a percepção dos objetos, do corpo e do eu constituem um mesmo evento no processo de maturação da criança. As noções de *self ecológico* e *self interpessoal* elaboradas por Neisser e analisadas a seguir constituem um bom exemplo da influência do pensamento de Gibson no domínio da psicologia.

⁴ Advogando que o mundo físico e o mundo social representam âmbitos que envolvem fenômenos específicos da percepção e da ação dos bebês e compõem contextos distintos nos quais desenvolvem habilidades particulares, tais autores diferenciam-se mais uma vez de Piaget. Este autor concebe os objetos físicos e sociais como possuindo certa equivalência, já que desencadeariam no sujeito reações semelhantes. Ou seja, Piaget menospreza a especificidade e a diferença entre os domínios físico e social em função do fato de que ambos se oferecem igualmente à atividade assimiladora do bebê.

⁵ Pesquisas sobre o chamado “toque duplo” reforçam tais observações (Rochat, 2004, pp.40-41). Demonstram que bebês de algumas horas de vida discriminam entre o toque que involuntariamente fazem no próprio rosto (“toque duplo”, pois agem e sentem ao mesmo tempo) e o toque exterior na sua bochecha realizado pelo experimentador. Voltam-se com muito mais frequência na direção do estímulo do experimentador, em contraste com o auto-produzido. Isso sugeriria, segundo os pesquisadores, que ao discriminar os efeitos da própria ação dos da estimulação exterior os bebês já demonstram uma habilidade rudimentar para diferenciar-se do ambiente.

⁶ Aos dois meses, recém-nascidos mudam sistematicamente a frequência com que sugam uma chupeta de modo a explorar as conseqüências auditivas da sua ação. Experimentos que produzem uma coincidência entre a força da sugação de um objeto e o tipo ou volume do som emitido por um aparelho, demonstram que os bebês logo atentam para a relação entre ambos. E, mais do que isso, passam a explorar essa relação agindo de modo repetitivo e sistemático, visando a confirmação dos efeitos de sua ação no ambiente. Nesse caso, como afirmado, é a percepção *intermodal* entre a ação corporal da criança e um estímulo auditivo dela derivado que ajuda a especificar seu senso de *self* (Rochat, 2004).

⁷ Além do *self ecológico* e do *self interpessoal*, Neisser (1988) descreve outros três tipos de *self* que comporiam aspectos diferentes do autoconhecimento. Baseados em outras fontes de informação, não seriam, como os dois primeiros, “diretamente percebidos” sem a mediação da atividade reflexiva. São: o *self estendido*, baseado na memória e na antecipação; o *self privado*, derivado da experiência de privacidade dos conteúdos mentais; e o *self conceitual*, fruto do conjunto de crenças e pressuposições a respeito do indivíduo acessadas no mundo social. Todos exibem continuidade no tempo e contribuem para a experiência de continuidade do *self*. Para uma descrição detalhada ver Neisser (1988).

⁸ Note-se que a conceituação do termo “percepção” é fundamental para a defesa do reconhecimento precoce da alteridade pela criança. Se “perceber” for equivalente a “representar”, o pressuposto da presença imediata do ambiente para o recém-nascido se enfraquece. Obviamente ainda incapaz de representar internamente o mundo exterior, o bebê seria igualmente incapaz de perceber e reconhecer estímulos exteriores de modo diferencial. Contudo, se tomarmos a percepção como um processo estritamente associado à ação corpórea e presente desde os primeiros movimentos da criança no meio, não soa inconsistente afirmar, como defendem os autores citados, um determinado nível de reconhecimento da alteridade.

⁹ Note-se que a conceituação do termo “percepção” é fundamental para a defesa do reconhecimento precoce da alteridade pela criança. Se “perceber” for equivalente a “representar”, o pressuposto da presença imediata do ambiente para o recém-nascido se enfraquece. Obviamente ainda incapaz de representar internamente o mundo exterior, o bebê seria igualmente incapaz de perceber e reconhecer estímulos exteriores de modo diferencial. Contudo, se tomarmos a percepção como um processo estritamente associado à ação corpórea e presente desde os primeiros movimentos da criança no meio, não soa inconsistente afirmar, como defendem os autores citados, um determinado nível de reconhecimento da alteridade.

¹⁰ Para uma extensa revisão dos experimentos que apoiam a existência da imitação neonatal, ver Gallagher & Meltzoff, 1996.

¹¹ Para uma análise aprofundada de algumas possíveis relações entre os estudos experimentais na área do desenvolvimento infantil e a prática clínica, ver Fonagy et al., 2005.